



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
MODALIDADE A DISTÂNCIA



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A difícil construção da cidadania:
a percepção de alunos na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Trajano
Nóbrega em Soledade-PB**

Amaury Ramos Pereira

Pós-graduando *lato sensu* em Gestão Pública Municipal - UFPB

Orientadora: Professora doutora Rejane Gomes Carvalho

Professora do Departamento de Economia - UFPB

POLO DE ITABAIANA - PB
DEZEMBRO - 2011

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal problematizar a relação entre educação e cidadania, a partir da realidade de estudantes no município de Soledade-PB. Por meio de pesquisa de campo realizada com alunos na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Trajano Nóbrega, buscou-se compreender como se dá a relação entre família, escola e poder público, no tocante ao patrocínio de uma formação dos jovens soledadenses rumo ao conhecimento de seus direitos e deveres, que possa levá-los a construção da cidadania. Os resultados da pesquisa nos permitiram indicar que os jovens não entendem exatamente quais são seus direitos como cidadãos e que, por não terem isso claramente definido, não se engajam na luta pelo usufruto completo do que lhes é assegurado por lei. Percebeu-se, ainda, que é deixado nas mãos da escola o papel de preparar o jovem para que este venha atuar na luta por realidades melhores para o conjunto da sociedade.

Palavras-chave: Cidadania, Educação, Direitos.

1 – INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir de minhas inquietações como professor de Ciências Biológicas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Trajano Nóbrega, localizada no município de Soledade, no Estado da Paraíba. Do contato direto com os alunos de ensino médio, foi percebida uma ausência de consciência a respeito dos direitos do cidadão verificada, inicialmente, no fato de que muitos não eram portadores de documentos fundamentais de identificação como RG e CPF, entendidos aqui como elementos básicos para que os indivíduos possam partir para a conquista dos direitos de cidadania.

Tomando como base o resultado preliminar do Censo Escolar 2011– Educacenso¹, o município de Soledade-PB oferece apenas a educação básica. O ensino infantil (575 alunos) é oferecido pelas redes municipal, estadual e privada; o ensino fundamental (2.509) também é oferecido pelas três redes; e, o ensino médio (363), apenas pela rede estadual. A Educação de Jovens e Adultos – EJA (480 alunos no fundamental e 148 no médio) é ofertada pelas escolas estaduais e municipais. Já a educação especial (62 alunos), encontra-se atendida pelas três redes. Ou seja, de uma população de 13.739 habitantes, 4.137 (30.1%) estão matriculados na educação básica (IBGE, 2010). No ensino superior, este número representa menos de 2% do total da população e as aulas acontecem em outros centros, principalmente, em Campina Grande-PB. Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Educação do município, apenas 137 universitários fazem uso do transporte escolar fazendo o percurso Soledade-Campina Grande-Soledade.

No município de Soledade, o atendimento à saúde conta com cinco equipes de PSF (Programa de Saúde da Família), sendo dois na zona urbana e três na zona rural, concentrando-se na questão da prevenção e na promoção à saúde. O atendimento médico contempla aproximadamente 800 pessoas/mês; serviços odontológicos, 700 atendimentos/mês; e, serviços de enfermagem, 450 atendimentos/mês. Existe um hospital que é de urgência e emergência e ainda uma policlínica, que cuida dos serviços especializados. O município fez uma pactuação integrada com Campina Grande, onde os pacientes de média e alta complexidade são referenciados. Existe ainda à parceria público/privado com algumas clínicas atuantes na cidade.

No campo da política, observa-se uma tendência da população em reproduzir a cultura de massa, onde normalmente sofre influências dos meios de comunicação e passa a expressar-

¹ Dados obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP): <http://educacenso.inep.gov.br>

se de acordo com um determinismo exposto pelo sistema “dominante”, especialmente considerando os indivíduos mais jovens, o que pode influenciar na sua formação cidadã. É importante lembrar que, por outro lado, a juventude também pode apresentar (normalmente em médio prazo) um desapego com o continuísmo e reagir de forma contrária ao que está posto, além de possibilitar o rompimento com grupos ou oligarquias presentes no município que se achavam totalmente imutáveis.

Diante do panorama exposto, surgiu a idéia de trabalhar a temática educação e cidadania: um estudo a partir da experiência com alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Trajano Nóbrega em Soledade-PB, buscando observar a condição destes jovens no processo de formação escolar e de construção da cidadania.

A convivência em sala de aula com adolescentes da referida escola, da qual faço parte do quadro efetivo de professores lecionando a disciplina de biologia, possibilitou-me observar que a maioria dos jovens não possui documentos pessoais básicos como Identidade, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Estudante, Cartão do SUS e outros. Esta problemática foi determinante para o reconhecimento de que pode existir uma deficiência na relação entre educação e cidadania no processo de formação escolar dos jovens matriculados na Escola Dr. Trajano Nóbrega – única instituição que oferece ensino médio em Soledade. Assim, o trabalho tem a pretensão de responder de que maneira, com base na proposta pedagógica da escola, professores, corpo técnico e gestores poderão contribuir para que a escola possa colaborar e incentivar o exercício da cidadania com estes jovens.

Nas experiências vivenciadas com estudantes matriculados na escola, notamos que existem fortes indícios de que a família não tem cumprido o seu papel referente à temática cidadania. É possível que um dos elementos que levam a essa negligência por parte dos familiares deva-se ao fato de que os mesmos também não tenham recebido uma formação escolar que lhes permitissem suprir essa lacuna na conscientização de seus filhos quanto ao exercício da cidadania.

Portanto, como a educação é dever da família e do Estado e, tem como uma de suas finalidades o desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania, o tema se torna relevante como objeto de estudo. Tratar este sujeito como cidadão, considerando que o mesmo não é possuidor de documentos básicos, tem uma atuação política frágil e, de um modo geral, o acesso inadequado aos direitos sociais universais como saúde e educação, seria algo contraditório, evidenciando a problemática da questão.

Esperamos que, os resultados da pesquisa, possam contribuir para estimular uma postura mais crítica por parte dos jovens estudantes, assim como também de toda a

comunidade de Soledade, estimulando-os a procurar os órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de seus direitos e que, daí em diante, possam ser tratados e respeitados como cidadãos, de fato e de direito.

A relevância do trabalho reside no ganho social que cada sujeito poderá ter quando aprender a buscar o direito de ser cidadão, exercê-lo e gozar de tais direitos assegurados pela Constituição (cidadã) Federal do Brasil, de 1988, como por exemplo, o direito livre de ir e vir, ao voto, ao emprego, se maior de 18 anos, entre outros.

Como objetivo geral, buscaremos analisar a relação entre educação e cidadania, a partir da realidade de estudantes da Escola Dr. Trajano Nóbrega.

Além disso, pretende-se também:

1. Investigar a noção de cidadania entre os estudantes na escola objeto de estudo;
2. Analisar o envolvimento dos estudantes da Escola Dr. Trajano Nóbrega com as instituições que disponibilizam as políticas públicas do município;
3. Investigar o grau de documentação dos estudantes, entendido como elemento da cidadania formal.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Uma discussão sobre cidadania e educação

Este trabalho analisa a relação entre cidadania e educação na Escola Estadual Dr. Trajano Nóbrega – Soledade-PB. Na referida escola, é possível observar um grande número de estudantes jovens e adultos, que não são possuidores de documentação básica e que, por este motivo, os mesmos sofrem de uma precariedade social, apresentando dificuldades em escolher seus representantes através do voto, reivindicar empregos, abrir uma conta bancária, participarem de concursos públicos ou prestar vestibulares. Isto nos remete a enxergar a deficiência da cidadania neste público alvo, o que, de certa forma, só vem a comprovar o quanto estes jovens estudantes estão “excluídos” na sociedade contemporânea.

A cidadania a que faço referência neste momento é aquela que trata dos direitos básicos (necessários à liberdade individual) dessas pessoas, onde, em verdade, eles não estão sendo respeitados. É a chamada ausência dos direitos civis, que por não serem respeitados, não oportunizam que os direitos políticos e sociais também sejam exercidos pelos mesmos. Discutindo o conceito de cidadania nos aportamos ao pensamento de Marshall (1979), quando este afirma que:

O conceito de cidadania a partir do desenvolvimento dos direitos, iniciando com o aparecimento dos direitos civis, políticos e finalmente sociais. Os direitos civis referem-se aos direitos necessários à liberdade individual, os direitos políticos compreendem a participação no exercício do poder e os direitos sociais, que surgem no século XIX, correspondente ao desenvolvimento das leis trabalhistas e a implantação de educação primária pública (MARSHAL apud SOBRAL, 2000, p. 6).

Como o público da pesquisa é formado pelos estudantes matriculados no ensino médio, queremos nos deter aos ensinamentos da professora Fernanda A. Fonseca Sobral, onde a mesma trata da “Educação para a competitividade ou para a cidadania social”. Assim como Sobral, corroboramos com a idéia de que a educação pode cumprir um papel importantíssimo para que seja trabalhada a temática cidadania e, se a autora trata de competitividade, seria impossível pensar neste termo se esses jovens e adultos não fossem possuidores de seus documentos básicos. Tratando da educação no ensino médio, Sobral, descreve:

Entre as finalidades básicas do ensino médio, está a preparação básica para o trabalho e para o exercício da cidadania, já refletindo as idéias de educação para a competitividade e de educação para a cidadania social (SOBRAL, 2000, p. 8).

Na escola, ficamos muitas vezes apontando para as famílias, culpando-as pela ausência dos direitos dos estudantes, mas, como podemos cobrar dos pais aquilo que eles também não tiveram; os seus direitos assegurados, garantidos, em sua formação? Como eles podem passar os valores da cidadania para seus filhos? Boa parte desses pais são analfabetos, pouco conhecem de seus direitos e, por esta condição, são muitas vezes “usados” por políticos, que se aproveitam desta situação para entrarem na vida pública ou mesmo tentarem se perpetuar nos cargos públicos eletivos.

Com uma parcial violação dos direitos a uma boa educação, esportes, cultura, lazer e saúde, os jovens, muitas vezes passam a apresentarem-se como desconhecedores de seus direitos. Sendo assim, imaginem quanto aos direitos dos outros? Em seus estudos sobre juventude pobreza, violência e cidadania, Roseli Esquerdo Lopes, indaga:

Uma vez que crescem e se formam em uma realidade concreta de ausência de direitos e de respeito, como cobrar desses mesmos jovens o reconhecimento do direito do outro, o respeito mútuo em sociedade? (LOPES, 2008, p.68).

Pensando no despreparo de parte das famílias no tocante a preparação e conscientização dos seus filhos para que estes venham a desfrutar de todos os direitos que lhes são legalmente assegurados, entendemos que, há certa transferência dessa responsabilidade para a escola que, como tal, deveria estar mais preparada para subsidiar esta lacuna aberta pela formação doméstica e familiar.

Sendo assim, a formação escolar deveria estar mais bem preparada para proporcionar aos seus alunos uma formação capaz de lhes fazer enxergar de forma nítida quais são seus direitos, bem como seus deveres, transformando-os, convertendo-os em cidadãos. No entanto, nos deparamos com uma realidade não muito diferente da realidade familiar; são escolas que não possuem uma estrutura de funcionamento democrática, onde os diretores são indicados por políticos; não existe uma proposta pedagógica definida; há um baixo nível de formação dos seus professores, alunos desmotivados, carga horária desrespeitada, pais ausentes e um currículo caduco, que em quase nada contribui para o processo de ensino aprendizagem. Desta forma, ela peca ao deixar de lado a formação plena do aluno e envereda apenas para o caminho do controle dos corpos que são vistos como passíveis de serem disciplinarizados. Roseli Lopes descreveu com propriedade sobre tal situação:

Estamos distantes da oferta de um ensino processo capaz de criar perspectivas de futuro em nossos jovens, pois as escolas, em sua maioria, têm funcionado muito mais como dispositivos disciplinares produtores de subjetividades coletivas subjugadas do que, propriamente, contribuindo para a formação dos jovens, seja na direção de suas aspirações e desejos, seja como cidadãos autônomos (LOPES, 2008, p.70).

Quando se fala em cidadania e educação, a referida escola que estamos estudando, trata como se fossem palavras dissociadas da realidade escolar. Chama-se a atenção para um elemento primordial na nossa realidade, que é o exercício da cidadania de forma prática. Normalmente, as ações cidadãs que tanto se falam nas escolas, não passam do campo teórico, onde professores ou coordenadores explicam quais são os direitos dos estudantes, porém, essa explicação fica como se a concretização do ato de cidadania estivesse a uma enorme distância da realidade do alunado.

Mesmo com tantas carências existentes no nosso município, acreditamos que nossos alunos conhecem muito pouco do que está a sua disposição, nos diversos órgãos públicos existentes, daí a verdadeira necessidade de situar o aluno com a disponibilidade de bens e serviços ofertados, colocados à sua disposição, ou seja, colocar aquilo que é ensinado nas salas de aulas em prática. No texto “ EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA”, no item

Educação e formação do homem social, Antonio J. Severino refere-se à ação real ao agir prático, no contexto escolar, da seguinte forma:

Só se é algo mediante um contínuo processo de agir, só se é algo mediante a ação. Assim, diferentemente do que pensavam os metafísicos clássicos, não é o *agir que decorre do ser*, mais é o *modo de ser que decorre do agir*. É a ação que delinea, circunscreve e determina a essência dos homens. É na e pela prática que as coisas humanas efetivamente acontecem, que a história se faz (SEVERINO, 2000, p. 68).

2.1 Condições socioeconômicas do município de Soledade

A realidade dos moradores de Soledade é bastante preocupante, pois a proporção de moradores abaixo da linha de indigência (onde cada morador tem uma renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente no país) representa 26,2% da população total, ou seja, 3.599 habitantes (IBGE, 2010). Constata-se que 30,4% da população estão entre a linha de indigência e pobreza. São 4.177 habitantes vivendo com uma renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. De outro lado, 43,4% da população estão acima da linha de pobreza, conforme a tabela 1:

Tabela 1: Proporção de moradores abaixo, entre e acima da linha de pobreza e indigência no município de Soledade PB

	Nº de habitantes	Percentual da população local
Abaixo da linha de indigência	3.599	26,2%
Entre a linha de pobreza e indigência	4.177	30,4%
Acima da linha de pobreza	5.963	43,4%

Fonte: Censo Demográfico - 2010. www.ibge.gov.br

Segundo os dados do censo demográfico, IBGE – 2000, os 20% mais pobres da população tem uma participação de 1,5% do percentual de renda do município, enquanto os 20% mais ricos era de 60,4%, ou seja, 42 vezes superior a dos 20% mais pobres. Com uma população de 12.061 habitantes, 2.412 precisam distribuir entre si 1,5% da renda do total do município, e os 2.412 mais ricos, dispõem de 60,4% da renda municipal.

Dados recentes divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)², aponta exatamente para a redução da desigualdade no rendimento dos brasileiros, onde

² Evolução da desigualdade no rendimento domiciliar per capita nos municípios brasileiros, comunicado de nº 120, de 10 de novembro de 2011.

aparece o estado da Paraíba, como o que apresentou o menor índice de Gini³, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do censo demográfico de 1980, 1991, 2000 e 2010. Entre as décadas de 1980 e 1990, a desigualdade entre os brasileiros aumentou, onde o índice de Gini passou de 0,31 para 0,32. Já em 2000, aconteceu uma redução, onde o índice foi pra 0,26 e em 2010 para 0,24. Quando comparado, o município de Soledade PB, apresentou o índice de Gini igual a 0,58, enquanto a Paraíba aprece com 0,14, ambos para o ano de 2000. O IPEA apresentou o referido índice fazendo uma comparação entre o estado que apresenta a menor desigualdade, Paraíba, em relação ao que tem a maior desigualdade, Roraima, da seguinte forma:

Para os estados da federação, Paraíba (0,11) possui o menor grau de desigualdade e o estado de Roraima (0,19) tem o maior índice de Gini. Nos últimos 30anos, o estado da Paraíba (-47,9%) foi o que apresentou a maior queda no índice de Gini, enquanto Roraima (22,8%) teve a mais alta elevação no grau de desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios (IPEA, 2011, p. 9).

Na tabela a seguir, é feita uma comparação do município de Soledade-PB com países da África do Norte e Oriente Médio, América Latina e o nosso país. Se já é grande a desigualdade entre o Brasil, África do Norte, Oriente Médio e América Latina, quando se compara com o município no qual foi realizada a pesquisa, esta realidade é ainda mais gritante.

Tabela 2: quadro comparativo sobre as desigualdades de renda na África do Norte e Oriente Médio, América Latina, Brasil e Soledade-PB

	África do Norte e Oriente Médio	América Latina	Brasil	Soledade PB
20% mais pobres	6,90%	4,52%	2,05%	1,5%
20% mais ricos	45,35%	52,94%	63,4%	60,4%

Fonte: SEVERINO, Antônio J, 2000, p.67.

³ O **índice de Gini** foi desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Ginié em 1912. É geralmente usado para medir a desigualdade de renda, mas também pode ser utilizado para avaliar a desigualdade de riqueza. O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais; é igual ao coeficiente multiplicado por 100. O método define um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda, o que significaria que todos dispõem da mesma renda, e 1 corresponde à completa desigualdade, expressando que apenas uma pessoa concentra toda a renda e as demais nada possuem. Os dados correspondentes ao Índice de Gini do ano de 2010 dos municípios ainda não foram divulgados até o presente momento.

Quando nos referimos à educação, encontramos a seguinte realidade: em 1991 apenas 63% das crianças de 7 a 14 anos estavam matriculadas no ensino fundamental e, em 2000, eram 95,78%, o que coloca o município em situação superior à estadual e superior à nacional. Já a taxa de conclusão entre os jovens de 15 a 17 anos, passou de 4% para 10,5%, no mesmo período. A distorção idade-série no ensino médio em 2010 chegou a 38,5%. O percentual de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, em 2010, era de 79,9%. (IBGE, 2010).

Já o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), para 4ª série/5º ano em 2005 era de 2,6. Teve uma evolução para de 3,7 em 2007 e uma redução para 3,5 em 2009 e, na 8ª série/9º ano, 2,2 passou para 2,7 e caiu para 2,6 no mesmo período (BRASIL, 2010).

Tabela 3: Trajetória do IDEB da escola pesquisada

	2005	2007	2009
Índice de desenvolvimento da educação Básica – IDEB . 4ª Série/5ºano	2,6	3,7	3,5
Índice de desenvolvimento da educação Básica – IDEB . 8ª Série/9ºano	2,2	2,7	2,6

Fonte: BRASIL. 2010.

No ensino médio, a razão entre meninas e meninos matriculados(as), indicava que para cada 100 meninos tinham 136 meninas, segundo os dados de 2006. A participação das mulheres no trabalho formal era de 50,9%, em 2010. Outro dado curioso é a proporção de mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores no município em 2008, foi de 33,3%, enquanto no estado esse percentual é de apenas 15,6% (BRASIL, 2010, p.5).

No município de Soledade, em 2010, 71,4% dos domicílios tinham acesso à rede de água geral e 56,8% possuíam formas de esgotamento sanitário consideradas adequadas. O mesmo não possui Plano Diretor e, declarou em 2008, não existirem loteamentos irregulares e também favelas. Em 2010, 73,6% dos domicílios particulares permanentes contavam com o serviço de coleta de resíduos e 99,2% tinham energia elétrica distribuída pela companhia responsável (BRASIL, 2010, p.3).

3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

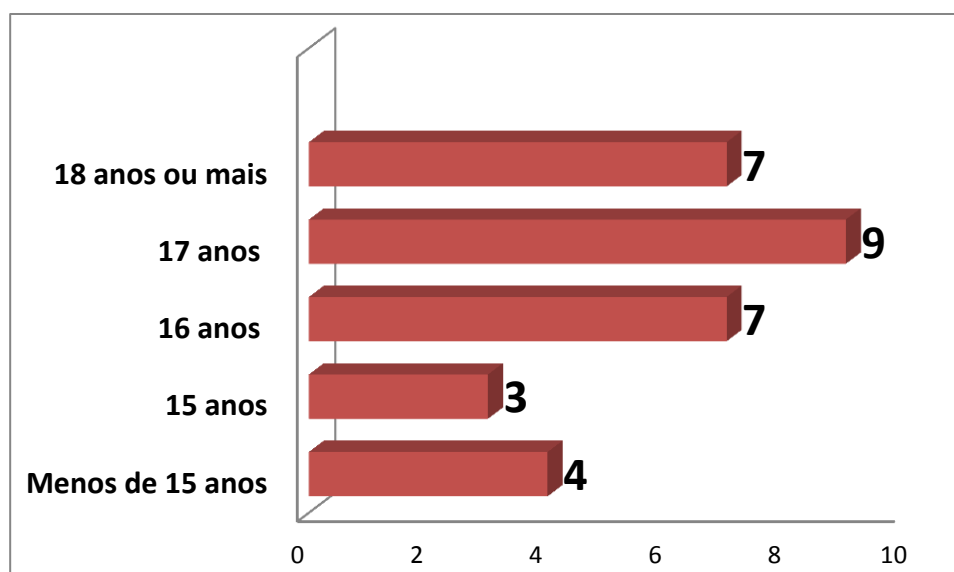
A pesquisa de campo foi planejada, elaborada e realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2011, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Trajano Nóbrega, no município de Soledade-PB, aproximadamente com 10% do alunado, ou seja, 30 estudantes que estavam participando das atividades escolares no ensino médio regular. Foi realizada uma pesquisa de campo, direta, empírica, com dados primários, qualitativa, utilizando-se de um questionário pré-elaborado, com perguntas preferenciais, respostas abertas e também fechadas (na maioria).

Com este método, existe a intenção de verificar o grau de conhecimento do público alvo, relativo à cidadania, bem como identificar qual o verdadeiro papel da citada escola na formação do processo ensino-aprendizagem relacionado com a nossa temática.

4 – Análise de resultados - Educação e cidadania: uma relação em construção

De acordo com o questionário aplicado, verificou-se que dos 30 estudantes do ensino médio pesquisados, 19 deles estão matriculados no ano correspondente com a sua idade, o que representa quase 2/3 do total de alunos pesquisados; 4 estão com idade inferior à média de idade para esta etapa do ensino (estão adiantados) e, 7 estão acima da média, com 18 anos ou mais (estão atrasados), o que pode caracterizar distorção entre idade e série (gráfico 1).

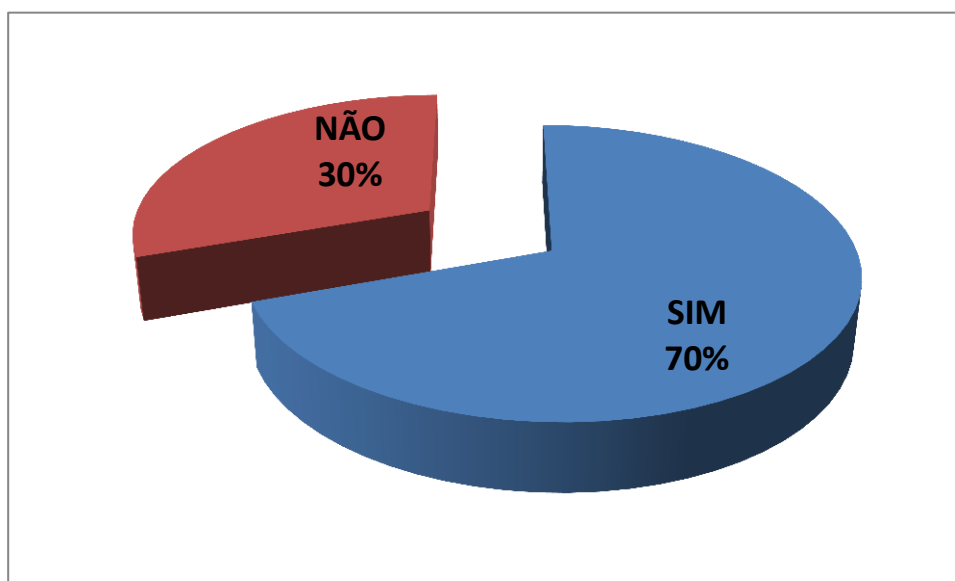
Gráfico 1 – Qual sua idade?



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo. 2011.

No gráfico 2, observou-se que, do universo total (30) da pesquisa, 23 alunos estavam aptos a ter o título de eleitor, por possuírem até a data da realização da pesquisa, 16 anos de idade ou mais; verificou-se que apenas 16 são eleitores, os outros 7 não tinham retirado seu documento eleitoral e que os 7 restantes tinham menos de 16 anos. Lembramos que, para os que possuem 16 ou 17 anos, a retirada de tal documento é facultativo, portanto, dos que deveriam ter o documento, aproximadamente 1/3 ainda não eram portadores do documento.

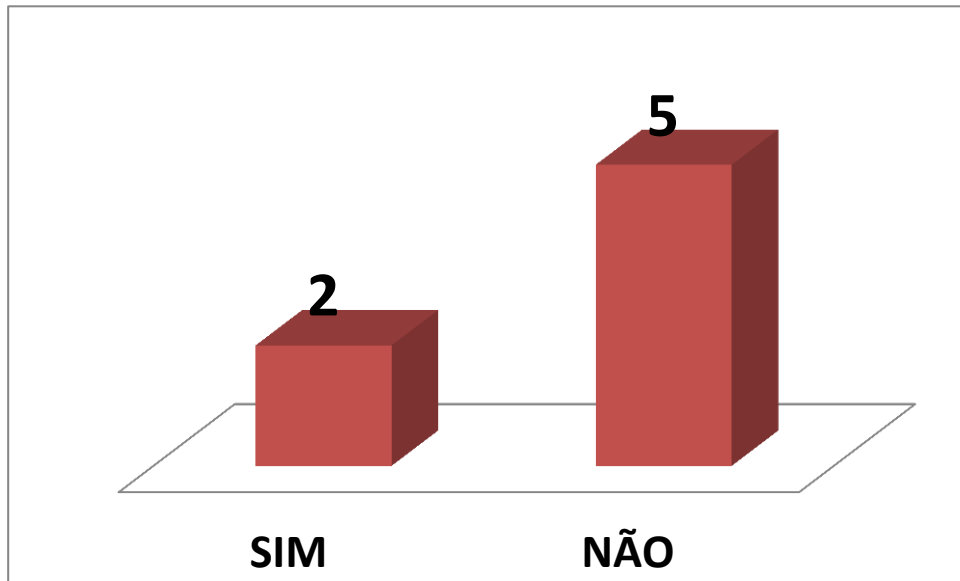
Gráfico 2 – É possuidor(a) de título eleitoral?



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo. 2011.

Dos 7 alunos (que tem 18 anos ou mais) que poderiam se filiar a algum partido político e se credenciar também, de acordo com a legislação eleitoral, como pré-candidato a prefeito ou mesmo vereador para as eleições de 2012, apenas 2 se filiaram, ou seja, menos de 30%, o que pode ser verificado no gráfico 3.

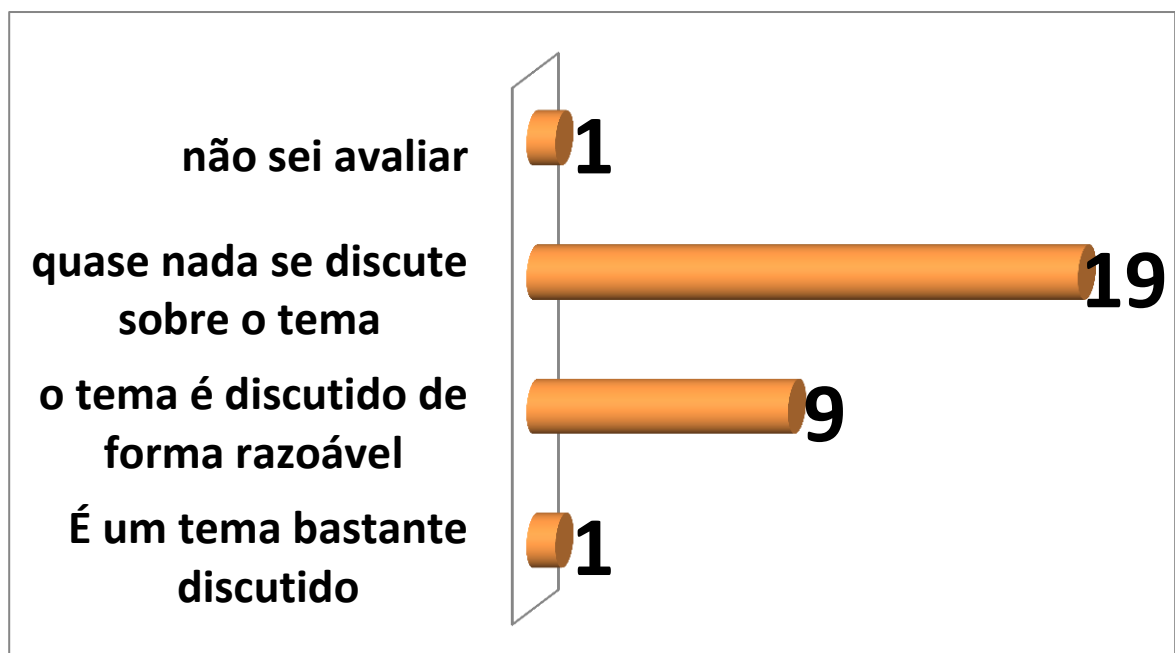
Gráfico 3: É filiado(a) a algum partido político?



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo, 2011.

Quando a pesquisa procurou investigar o grau de discussão do tema cidadania, promovido na escola, considerando as respostas mais expressivas constantes no gráfico 4, verificou-se que 19 estudantes responderam que quase nada se discute, e 9 afirmaram que o tema é discutido de forma razoável.

Gráfico 4 – A cidadania é discutida na escola?



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo, 2011.

Quando se buscou investigar se os alunos demonstravam conhecimento da função específica de documentos como RG, CPF, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral e Carteira de Trabalho, enquanto representação formal da cidadania, 22 alunos conseguiram fazer a correspondência correta e 6 apresentaram confusão ao estabelecer o documento com sua finalidade. Assim, a grande maioria dos alunos tem conhecimento sobre os documentos pessoais e como ou quando eles são utilizados, conforme a tabela 4.

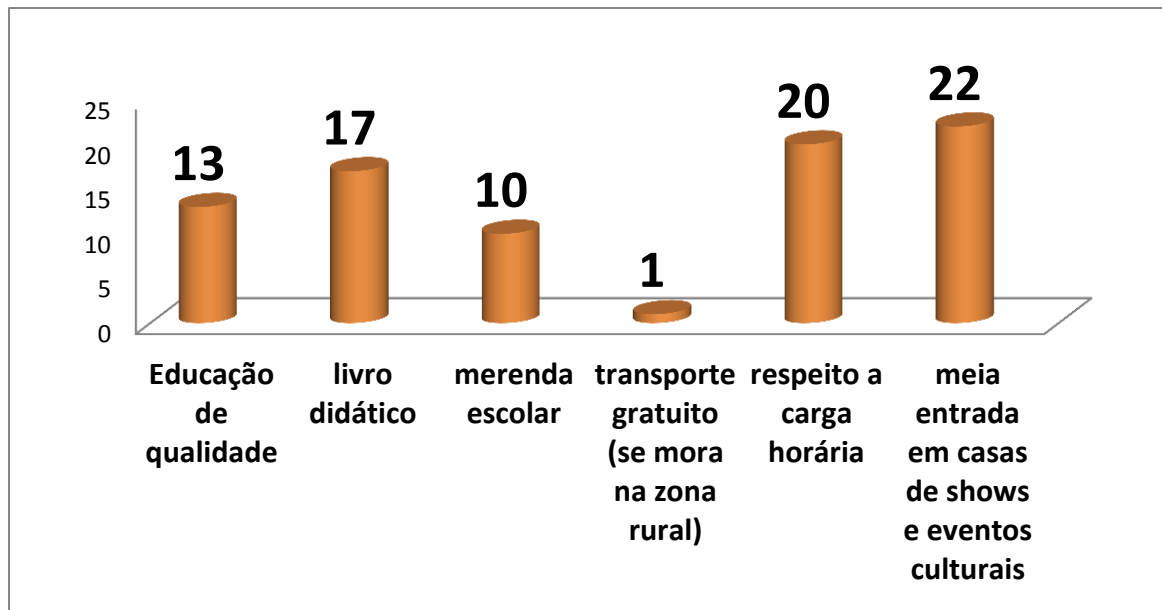
Tabela 4: Comparativo entre os documentos RG, CPF, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira de Trabalho e o conhecimento da função de cada um deles, por parte dos alunos

	Conhecem totalmente	Conhecem parcialmente	Conhece pouco
Quantidade de alunos	22	7	1

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo. 2011.

No gráfico 5, tratou-se de investigar a opinião dos alunos sobre o respeito aos direitos no espaço da escola. Neste quesito uma resposta pareceu bastante preocupante: dos quatro direitos oferecidos diretamente pela escola, o maior desrespeito com os alunos reside no não cumprimento da carga horária mínima pelos professores, onde 2/3 dos alunos nos chamaram a atenção com suas respostas. É importante lembrar que existe uma carga horária mínima determinada pela própria Lei de Diretrizes e Bases – LDB, onde o aluno tem que receber, no mínimo 800 horas aulas por ano, distribuídas em 200 dias letivos. No que se refere ao direito menos respeitado, os alunos acenaram para o não cumprimento do direito a pagar meia entrada em casas de shows e eventos culturais do município.

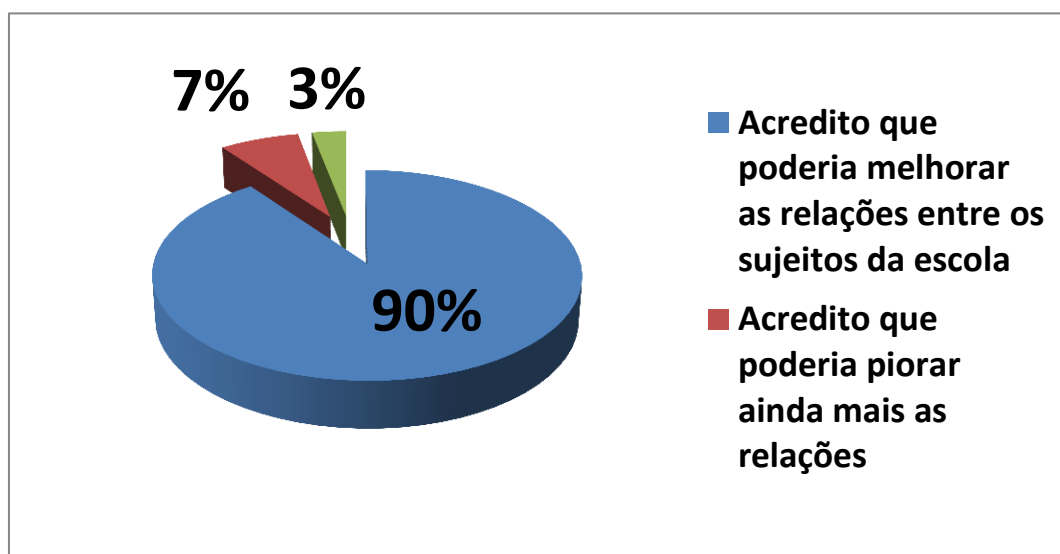
Gráfico 5 – Quais os três direitos menos respeitados?



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo. 2011.

Quanto aos processos democráticos escolares, como eleição para grêmios estudantis, escolha dos representantes dos alunos para o conselho escolar, representante de classe dos estudantes e eleições para diretores da escola, 90% dos alunos demonstraram acreditar que os processos democráticos podem melhorar as relações entre os diversos sujeitos da escola, 7% acreditavam que poderia piorar as relações e apenas 3% afirmaram que seria indiferente, conforme demonstrado no gráfico 6.

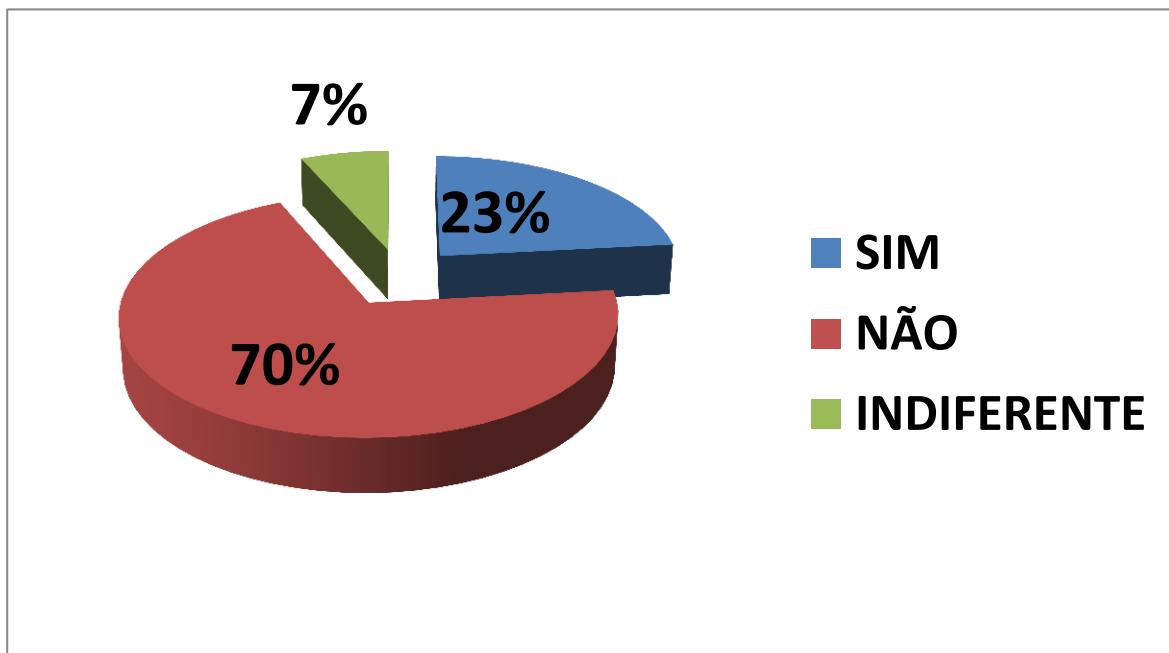
Gráfico 6 – Quanto aos processos democráticos na escola?



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo. 2011.

Para a questão que tratou da representação política na cidade, a partir da visão dos alunos, a grande maioria se demonstrou insatisfeita com os políticos: 21 deles, ou seja, 70% avaliaram que não estão sendo bem representados politicamente, enquanto 23% se dizem bem representados, o que foi destacado no gráfico 7.

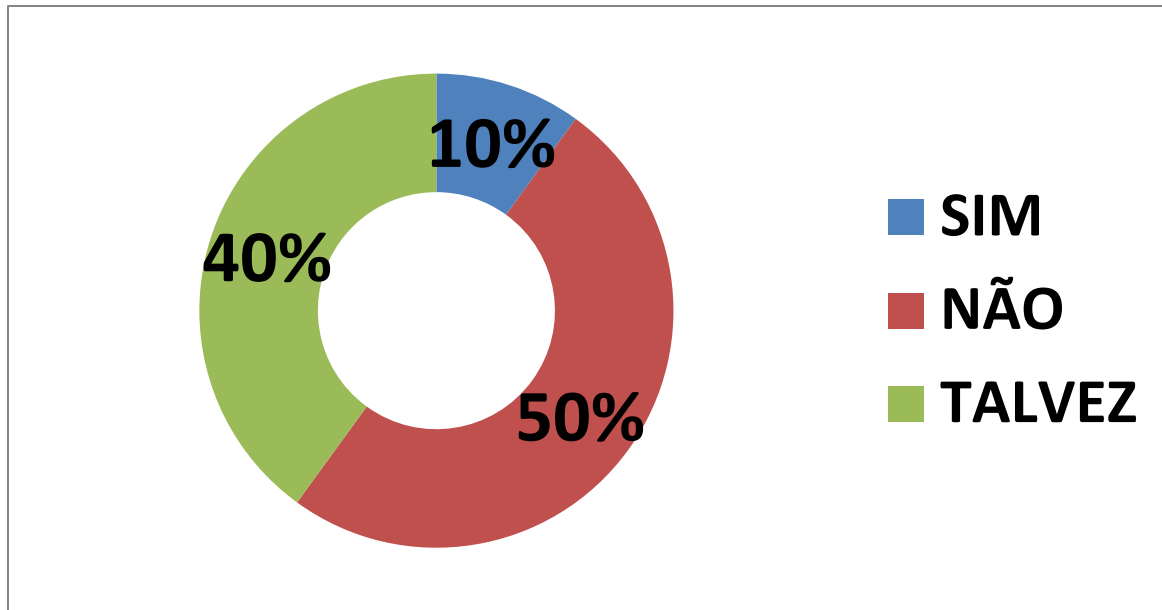
Gráfico 7 – Você se sente representado politicamente?



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo. 2011.

Buscando investigar melhor a questão da participação e da representação política, foi lançada a questão a respeito do interesse do estudante de, no futuro, poder exercer algum cargo político eletivo. Dentre as respostas, 50% expressaram não ter interesse em concorrer a algum cargo eletivo e, 40% indicaram que talvez possa participar de algum processo democrático. Apenas 10% declararam interesse em se candidatar. Nos parece incoerente estas respostas quando comparada com a anterior, uma vez que eles afirmam que não são bem representados e não tem interesse de serem representantes de si mesmos.

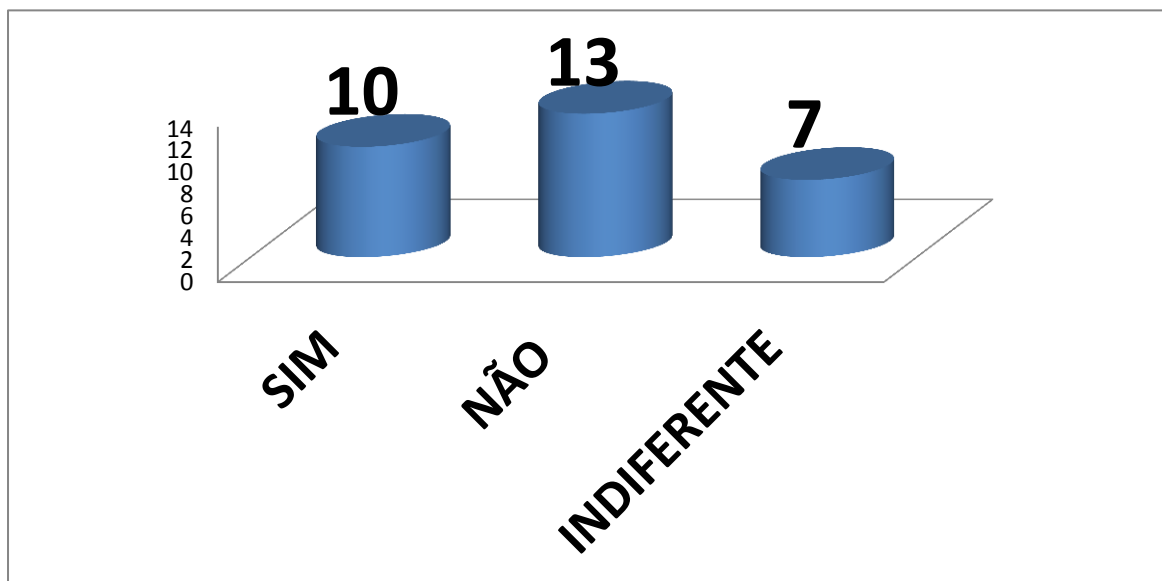
Gráfico 8 – Tem interesse em concorrer a algum cargo eletivo?



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo. 2011.

Outra questão buscou analisar ainda o tema político ao indagar a respeito do acompanhamento, fiscalização e cobrança do aluno sobre os seus representantes políticos e sobre seus direitos. Esse dado também apareceu preocupante, onde 2/3 afirma que não acompanham ou mesmo, dizem que é indiferente a este acompanhamento dos nossos representantes. Aqui queremos deixar bem claro que essa prática não é só dos estudantes, é nossa também.

Gráfico 9 – Você acompanha, fiscaliza ou cobra seus direitos?



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo. 2011.

Dos 30 estudantes que responderam ao questionário, quanto à questão subjetiva: O que significa para você cidadania?, 2 deixaram este quesito em branco. Quanto a esses dois que não responderam, podemos concluir que não tinham conteúdo suficiente para respondê-la ou mesmo preferiram se desviar do questionamento, ou ainda não se sentiram motivados a dar respostas, decidindo portanto, partir pra outras perguntas.

A grande maioria (mais de 90%) respondeu fazendo sempre um comparativo entre cidadania e respeito e, dentre as respostas, merecem destaques estas citadas abaixo.

1.1 - Cidadania para mim significa você participar ativamente da vida social, política e econômica do seu país, é você exercer o direito de ir e vir, ter todos os documentos porque isso é o que lhe faz ser um cidadão, em especial, respeitado e vivermos em uma democracia onde nossas opiniões devem ser respeitadas.

1.2 - É a condição da pessoa natural que, como membro de um estado, se acha no gozo dos direitos que lhes permitem participar da vida política.

1.3 - Cidadania deve ser o direito que o ser humano deve receber, quando nasce, quando cresce, quando vota, através de documentos, pra mim cidadania é dar o direito ao cidadão de ir e vir.

1.4 – Cidadania é um, direito do cidadão de ter documentos e de ter todos os direitos possíveis.

1.5 – Cidadania é ajudar o próximo não poluir o ambiente e manter suas responsabilidades.

1.6 – Cidadania pra mim é um modo de ser conhecido popularmente como um cidadão e ter direitos, não só de escutar mais sim de falar e questionar o porquê das coisas.

Fonte: pesquisa de campo. 2011.

A primeira, pelo conhecimento que tenho do alunado, acredito que a resposta foge um pouco da realidade intelectual dos estudantes; ela vem carregada de informações do mais alto nível, onde surgem dúvidas se realmente eles tem um conceito bem definido sobre o que seria “vida social, política e econômica, bem como democracia”. É importante citar que palavras como estas são muito usadas, principalmente pela TV brasileira, e os jovens tem uma capacidade enorme de captar, fixar o que a mídia está tentando passar como informações políticas padronizadas. A segunda resposta também se aplica à análise da primeira.

Quanto à terceira, considerou-se mais de acordo com a realidade do público envolvido, onde o(a) aluno(a) demonstra o entendimento que para exercer a cidadania ele tem que

primeiro ser possuidor de documentos básicos e que, através do voto poderá ter o direito de ser livre. A quarta resposta é uma reprodução da anterior, escrito de forma diferente.

A quinta, ele parece que memorizou o que a mídia tem explorado, principalmente a TV, onde se fala muito em solidariedade, meio ambiente e responsabilidade, fazendo sempre ligações com o tema cidadania.

Já a sexta, acho que é a mais real de todas, onde quem respondeu acha que a população o deveria reconhecer enquanto cidadão, e que ter direitos significa não só ouvir, mas também falar, opinar e questionar qualquer coisa que ache conveniente.

Quanto às demais respostas, foram muito repetitivas, com poucas contribuições, daí considerar não ser conveniente citá-las.

Na questão seguinte: quais são os direitos que você conhece ou utiliza, no município de Soledade-PB? apenas um deixou em branco. As respostas mais representativas foram:

2.1 - Todos, acredito que não falta!

2.2 - Escola pública (educação) acho que é somente este direito que eu tenho (participo).

2.3 - Por estudar em uma escola pertencente ao estado, os direitos municipais não são muito abertos, como por exemplo, dias que são facultativos somente no município a escola tem que paralisar suas aulas porque o município não disponibiliza os transportes para os alunos do estado.

2.4 - Quase nada de direito, deveríamos ter mais, conhecimento sobre cultura, pois a maioria do povo de Soledade é muito pobre em cultura, e isso deveria ser prioridade pra uma cidade, porque trazer grupos de dança ou de teatro não é cultura.

2.5 – Direitos da ação social, participo do programa pro jovem, e tem o direito a educação no meu colégio.

2.6 – Direito de votar, direito de ter livre arbítrio de fazer escolher meu próprio eleitor, e decidir o futuro do município.

2.7 – Cursos doados pela prefeitura, terrenos doados entre outros.

Fonte: pesquisa de campo. 2011.

As demais respostas foram muito repetitivas. Dentre as respostas, um aluno afirmou que tem todos os direitos garantidos, que nada lhe falta. Este me chamou atenção, pois como se explica todos os direitos garantidos numa cidade com as características de Soledade-PB?

Outro acha que só tem como direito a educação. No outro extremo, um estudante acha que não tem quase nada de direito garantido e faz confusão com o entendimento sobre cultura. De todos, o que me chamou mais atenção foi a resposta que afirma categoricamente, que só acontecem aulas na rede estadual quando também acontece na rede municipal, pois este último ente é o que tem a gestão dos transportes escolares. É salutar lembrar que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) diz que é obrigado trabalhar no mínimo 200 dias letivos, e isto foge do controle das escolas da rede estadual de ensino.

5 – Considerações finais

Por meio do estudo elaborado, foi possível observar através dos autores que me deram embasamento teórico, e que se utilizaram das temáticas cidadania e educação, nas suas mais diversas facetas, bem como com a pesquisa de campo realizada com os alunos da escola, o quanto é importante se refletir sobre a cidadania no relacionamento existente entre escola, família e o poder público. Assim, torna-se um grande desafio para os educadores da escola, a missão de fazer chegar aos jovens os direitos garantidos através da legislação brasileira.

Nossa pesquisa preocupou-se em realizar um estudo com alunos do ensino médio da rede pública estadual de Soledade PB, onde foi possível analisar a relação entre educação e cidadania a partir da realidade dos estudantes matriculados; investigar qual a noção dos mesmos sobre cidadania; analisar o grau de envolvimento destes com as instituições públicas existentes no município; averiguar a relação entre os elementos da cidadania formal e os documentos básicos e, por fim, estudar os instrumentos de formação cidadã do público alvo.

Como a grande questão do trabalho é “de que maneira podemos contribuir para que a escola possa colaborar e incentivar o pleno exercício da cidadania com estes jovens”, acreditamos que com as leituras indicadas e a pesquisa de campo, conseguimos sim compreender a relação existente entre a escola, estudantes, familiares e as diversas instituições públicas instaladas no município. Compreender, também, o grau de conhecimento dos jovens com relação à cidadania e identificar a importância dos documentos básicos para a vida deles no reconhecimento da cidadania.

Reportando-nos à pesquisa de campo, observamos que entre cidadania e educação existe um grande vazio, onde a escola não tem trabalhado com uma proposta pedagógica cidadã. A maioria dos entrevistados, afirmaram que quase nada se discute sobre o tema e outro número considerável afirmou que acontece uma discussão de forma razoável. Um de

nossos pontos de chegada é que a relação entre cidadania e escola é extremamente insuficiente ou, quando existe, é pontual, eventual, sem uma ligação mais contundente com a necessidade real que o tema exige.

Outrossim, ressaltamos que o estudo pode ser de alta relevância para a cidade de Soledade, uma vez que ele apresenta resultados que podem servir de norte para melhorar as relações entre os entes federativos e, em decorrência deste entrosamento, poderá a juventude da cidade usufruir plenamente de direitos que lhe são garantidos por lei, mas que precisam exatamente de ações dos “homens” para a concretização prática dos mesmos.

Por ser considerado um município pobre, com baixos índices educacionais, e pelo imediatismo de nossa pesquisa, uma vez que até o momento não existe nenhum estudo científico que comprove o que está sendo registrado neste, acredito que o mesmo trará uma contribuição importante para o futuro do nosso município. Pois, aponta uma fragilidade muito grande quanto ao exercício pleno da cidadania, bem como reconhece a indicação, por parte dos jovens estudantes pesquisados, quanto a existência de certa negligência, por parte daqueles que deveriam garantir uma formação de qualidade, que conduza a juventude para o exercício pleno da cidadania.

Enfim, a pesquisa nos permite afirmar que os jovens não entendem exatamente quais são seus direitos como cidadãos e que, por não terem isso claramente definido, não se engajam na luta pelo usufruto completo do que lhes é assegurado por lei. Percebemos, ainda, que é deixado nas mãos da escola o papel de preparar o jovem para que este venha a atuar na luta por realidades melhores para o conjunto da sociedade. Além disso, infelizmente, dado um conjunto de elementos que fragilizam a formação do alunado – não cumprimento da carga horária, despreparo de alguns profissionais, falta de condições infra-estruturais e ausência de um projeto pedagógico mais consequente, a escola está também negligenciando seu papel.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo C. B. **Direitos Humanos no século XXI**. cenários de tensão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BRASIL. IDEB. Obtido em: www.portalodm.com.br/relatorios/pb/soledade. 2010.

BRASIL. MEC. Obtido em: www.mec.gov.br. 2010.

DAGNINO, Evelina. **¿Sociedade civil, participação e cidadania**: de que estamos falando? En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

IPEA . Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. www.ipea.gov.br. Obtido em 10 de novembro de 2011.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 1996.

LOPES, R. E. **Juventude pobre, violência e cidadania**, 2008. In: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/08.pdf>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, 2000 - 2010.

SEVERINO, J. Antônio. **A escola e a construção da cidadania**. *Sociedade civil e educação*. Campinas, Papirus, 2000, p.9-14 (Coletânea CBE).

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOBRAL, Fernanda A. de Fonseca. **Educação para a competitividade ou para a cidadania social, 2000**.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2004.

SILVA, Denise Carvalho. **Indivisibilidade entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais: problemas de reconhecimento e dificuldades na implementação**. In: *Direitos humanos no século XXI: cenários de tensão*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

**The difficult construction of citizenship:
the perception of students in the State School of Elementary and Secondary
Education Dr. Trajano Nóbrega Soledade-PB**

SUMMARY

This work has as main objective to discuss the relationship between education and citizenship, from the reality of students in the municipality of Soledade-PB. Through field research conducted with students in the State School of Elementary and Secondary Education Dr. Trajano Nóbrega, sought to understand how is the relationship between families, schools and government, regarding the sponsorship of a youth training course soledadenses knowledge of their rights and duties, which may lead them to build citizenship. The survey results allowed us to indicate that young people do not understand exactly what their rights as citizens and that by not having it clearly stated, do not engage in the struggle for full enjoyment of what they are guaranteed by law. It was noticed also that is left in the hands of the school's role to prepare the young for this to come play in the fight for better reality for all of society.

Keywords: Citizenship, Education, Rights

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Caro estudante

Precisamos de sua ajuda. Eu, Amaury Ramos Pereira, estou realizando uma pesquisa de campo, junto ao alunado do ensino médio da Escola Estadual Dr. Trajano Nóbrega, Soledade PB. As respostas que você fornecer serão úteis para ajudar-me no Trabalho de Conclusão do Curso, bem como poderá contribuir com vocês mesmos, num futuro bem próximo.

Muito obrigado e, não precisa se identificar.

- 1) O que significa para você, CIDADANIA?

- 2) Quais são os direitos que você conhece ou utiliza, no município de Soledade PB?

- 3) Qual sua idade?
 - A () menos de 15 anos
 - B () 15 anos
 - C () 16 anos
 - D () 17 anos
 - E () 18 anos ou mais.

- 4) É possuidor de Título Eleitoral?
() Sim () Não
Caso sua resposta seja sim, é filiado(a) a algum partido político?
() Sim () Não

- 5) Como você avalia a temática cidadania, promovida pela escola em que se encontra matriculado?
 - () é um tema bastante discutido
 - () o tema é discutido de forma razoável
 - () quase nada se discute sobre o tema
 - () não sei avaliar

6) Estabeleça a relação entre os documentos citados abaixo e sua função ou aplicação:

- | | |
|-------------------------------------|--|
| | <input type="checkbox"/> É o primeiro documento do cidadão |
| A – CPF (Cadastro de Pessoa Física) | <input type="checkbox"/> Assegura o direito político de votar e/ou ser votado. |
| B – RG (Carteira de Identidade) | <input type="checkbox"/> Possibilita o acesso aos benefícios da previdência, abertura de conta bancária e recebimento de benefícios sociais, entre outros. |
| C – Certidão de Nascimento | |
| D – Título Eleitoral | <input type="checkbox"/> Assegura os direitos trabalhistas. |
| E – Carteira de Trabalho | <input type="checkbox"/> Identifica a naturalidade, filiação, data de nascimento e nacionalidade. |

7) Dentre os direitos básicos do estudante desta escola, assinale três que você acha que são menos respeitados:

- a- educação de qualidade
- b- livro didático
- c - merenda escolar
- d – transporte gratuito (se você mora na zona rural)
- e – respeito a carga horária
- f – meia entrada em casas de shows e eventos culturais.

8) Quanto aos processos democráticos escolares, como eleição de grêmios estudantis, escolha dos representantes dos alunos para o conselho escolar, representante de classe e eleições para diretores da escola, qual sua opinião?

- A acredito que poderia melhorar as relações entre os sujeitos da escola.
- B acho que poderia piorar ainda mais as relações.
- C acho que seria indiferente.

9) Você se sente representado politicamente na sua cidade?

- SIM NÃO INDIFERENTE

10) Você tem algum interesse, no futuro, de exercer algum cargo de representação política (grêmios estudantis, conselho tutelar, vereador, prefeito etc.)?

- SIM NÃO TALVEZ

11) Os nossos representantes (prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governadores e presidente da república) são eleitos pelos cidadãos. Você acompanha, fiscaliza ou cobra destes representantes os seus direitos?

- SIM NÃO INDIFERENTE

Mini currículo

Amaury Ramos Pereira

Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Estado da Paraíba e Prefeitura Municipal de Soledade PB. Professor da educação básica (Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e Secretaria da Educação, Cultura e Esportes de Soledade; Trabalho na cidade de Soledade PB).

amaurysoledade@yahoo.com.br